

6° SIMULADO

ALECE

TÉCNICO LEGISLATIVO
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

6º Simulado ALE-CE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da ALE-CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-ALE-CE-17-10>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS**Adriana Figueiredo****Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador**

A medicina do trabalho, enquanto especialidade médica, surge na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, com a Revolução Industrial.

Naquele momento, o consumo da força de trabalho, resultante da submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção, exigiu uma intervenção, sob pena de tornar inviável a sobrevivência e a reprodução do próprio processo.

Quando Robert Dernham, proprietário de uma fábrica têxtil, preocupado com o fato de que seus operários não dispunham de nenhum cuidado médico a não ser aquele propiciado por instituições filantrópicas, procurou o Dr. Robert Baker, seu médico, pedindo que indicasse qual a maneira pela qual ele, como empresário, poderia resolver tal situação. Baker respondeu-lhe:

“Coloque no interior da sua fábrica o seu próprio médico, que servirá de intermediário entre você, os seus trabalhadores e o público. Deixe-o visitar a fábrica, sala por sala, sempre que existam pessoas trabalhando, de maneira que ele possa verificar o efeito do trabalho sobre as pessoas. E se ele verificar que qualquer dos trabalhadores está sofrendo a influência de causas que possam ser prevenidas, a ele competirá fazer tal prevenção. Dessa forma você poderá dizer: meu médico é a minha defesa, pois a ele dei toda a minha autoridade no que diz respeito à proteção da saúde e das condições físicas dos meus operários; se algum deles vier a sofrer qualquer alteração da saúde, o médico unicamente é que deve ser responsabilizado”.

A resposta do empregador foi a de contratar Baker para trabalhar na sua fábrica, surgindo, assim, em 1830, o primeiro serviço de medicina do trabalho.

Na verdade, despontam, na resposta do fundador do primeiro serviço médico de empresa, os elementos básicos da expectativa do capital quanto às finalidades de tais serviços:

- deveriam ser serviços dirigidos por pessoas de inteira confiança do empresário e que se dispusessem a defendê-lo;
- deveriam ser serviços centrados na figura do médico;
- a prevenção dos danos à saúde resultantes dos riscos do trabalho deveria ser tarefa eminentemente médica;
- a responsabilidade pela ocorrência dos problemas de saúde ficava transferida ao médico.

A implantação de serviços baseados nesse modelo rapidamente expandiu-se por outros países, paralelamente ao processo de industrialização e, posteriormente, aos países periféricos, com a transnacionalização da economia. A inexistência ou fragilidade dos sistemas de assistência à saúde, quer como expressão do seguro social, quer diretamente providos pelo Estado, via serviços de saúde pública, fez com que os serviços médicos de empresa passassem a exercer um papel

vicariante, consolidando, ao mesmo tempo, sua vocação enquanto instrumento de criar e manter a dependência do trabalhador (e frequentemente também de seus familiares), ao lado do exercício direto do controle da força de trabalho.

MENDES, R; DIAS, E.C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Revista Saúde Pública, S.Paulo, 25: 341-9, 1991. Adaptado.

01. De acordo com o texto, um aspecto da medicina do trabalho é:

- a) ela deve ser exercida pelo médico da família do empregador.
- b) ela surgiu para se opor à atuação das instituições filantrópicas da época.
- c) os cuidados preventivos contra os prejuízos do ofício à saúde dos trabalhadores é, acima de tudo, um encargo médico.
- d) ela deve ser centralizada nos trabalhadores.
- e) na eventualidade de problemas de saúde nos trabalhadores, são responsabilizados empregador e autoridades sanitárias locais.

02. Depreende-se do texto que o papel da medicina do trabalho

- a) foi importante, na medida em que livrou a população da dependência dos péssimos serviços de saúde oferecidos pelo Estado.
- b) foi imprescindível para o avanço da industrialização em países periféricos.
- c) foi significativo para a população, principalmente porque pôde substituir os débeis serviços de saúde vigentes na época.
- d) repressivo, já que, ao exercer o controle sobre a força de trabalho, os próprios médicos agiam em favor do empregador.
- e) trivial, uma vez que se trata de um benefício, e não de uma questão primordial para a vida dos trabalhadores.

03. Assinale a opção que reproduz trecho do texto em que predomina a tipologia injuntiva

- a) A medicina do trabalho, enquanto especialidade médica, surge na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, com a Revolução Industrial (1º parágrafo).
- b) Coloque no interior da sua fábrica o seu próprio médico, que servirá de intermediário entre você, os seus trabalhadores e o público (3º parágrafo).
- c) meu médico é a minha defesa, pois a ele dei toda a minha autoridade no que diz respeito à proteção da saúde e das condições físicas dos meus operários (3º parágrafo).
- d) a responsabilidade pela ocorrência dos problemas de saúde ficava transferida ao médico (10º parágrafo).
- e) A implantação de serviços baseados nesse modelo rapidamente expandiu-se por outros países, paralelamente ao processo de industrialização e, posteriormente, aos países periféricos, com a transnacionalização da economia (11º parágrafo).

04. Na última linha do sexto parágrafo, os dois-pontos foram utilizados para introduzir uma

- a) enumeração.
- b) retificação.
- c) citação.
- d) fala.
- e) explicação.

05. A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservados caso a forma verbal “surge” (1º parágrafo) fosse substituída por

- a) surgira
- b) surgisse
- c) surgiu
- d) surgiria
- e) surja

06. No sexto parágrafo, a expressão “fundador do primeiro serviço médico de empresa” (6º parágrafo) refere-se a

- a) Robert Dernham (3º parágrafo)
- b) Baker (5º parágrafo)
- c) empregador (5º parágrafo)
- d) o seu próprio médico (4º parágrafo)
- e) proprietário de uma fábrica têxtil (3º parágrafo)

07. Em relação ao texto acima, assinale a opção correta.

- a) O vocábulo “resultante” (2º parágrafo) refere-se a “trabalho” (2º parágrafo).
- b) A forma verbal “Coloque” (4º parágrafo) possui dois complementos.
- c) O vocábulo “a” no trecho “foi a de contratar” (5º parágrafo) é uma preposição exigida pelo nome “resposta” (5º parágrafo).
- d) No trecho “pessoas de inteira confiança do empresário” (7º parágrafo) o vocábulo “empresário” refere-se a Robert Dernham.
- e) A preposição “em” na contração “nesse” no trecho “A implantação de serviços baseados nesse modelo” (11º parágrafo) é exigida pelo adjetivo “baseados”.

08. A respeito dos aspectos linguísticos do trecho a seguir, considere as afirmações.

- deveriam ser serviços dirigidos por pessoas de inteira confiança do empresário e que se dispusessem a defendê-lo; (7º parágrafo)

- i. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso se substituísse o trecho “defendê-lo” por “o defender”.
- ii. A forma pronominal “lo” faz referência a “serviços”.
- iii. O elemento “se” foi empregado para indicar reciprocidade.

Estão corretas a(s) afirmativa(s)

- a) i e ii apenas.
- b) i e iii apenas.
- c) i apenas.
- d) ii apenas.
- e) nenhuma afirmativa está correta.

09. No último parágrafo, no trecho “sua vocação enquanto instrumento de criar...” o vocábulo “enquanto” exprime ideia de

- a) tempo
- b) contraste
- c) proporção
- d) simultaneidade
- e) conformidade

10. A correção gramatical e os sentidos originais do segundo parágrafo do texto seriam mantidos caso

- a) a vírgula imediatamente após "trabalho" (2º parágrafo) fosse suprimida.
- b) fosse inserida uma vírgula logo após “forma” no trecho “Dessa forma você poderá dizer” (4º parágrafo)
- c) a forma verbal “vier” (4º parágrafo) fosse flexionada no plural “vierem”.
- d) o ponto final logo após “situação” no trecho “poderia resolver tal situação” (3º parágrafo) fosse eliminado.
- e) o sinal indicativo de crase no trecho “fragilidade dos sistemas de assistência à saúde” (11º parágrafo) fosse suprimido.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

11. Os browsers web são utilizados em computação para que o usuário interaja com os sites criados em HTML. Várias páginas da internet utilizam Pop-ups, que é corretamente classificado como:

- a) Vídeos reproduzidos em navegadores de internet, como, por exemplo, o YouTube;
- b) Um recurso que ao abrir uma página ela emite uma janela menor, onde pode ser exposto informações, propagandas e anúncios;
- c) Softwares instalados junto ao navegador, aumentando sua capacidade de execução de atividades;
- d) Recurso de segurança que previne contaminação de malwares durante os acessos a páginas web;
- e) Forma de navegação que não salva no computador as informações das visitas, como o histórico de acesso, por exemplo.

12. Durante o processo de edição de planilhas no Excel 2013, se a célula A1, que contém a fórmula =G4, for copiada e colada na linha seguinte, a referência é alterada para =G5. Para evitar que o Excel faça a modificação é correto utilizar a sintaxe:

- a) =G\$=4\$
- b) =%G%4
- c) =*G4*
- d) =\$G\$4
- e) =/G4/

13. Dentre os vários recursos disponíveis na guia Referências do editor de texto Word 2013, versão de instalação padrão, qual recurso não se encontra nessa guia:

- a) Nota de Rodapé.
- b) Novo Comentário.
- c) Referência Cruzada.
- d) Sumário.
- e) Inserir Citação.

14. Sobre os tipos de malware, considere a afirmativa abaixo.

1. O _____ é um software malicioso desenvolvido por programadores que infecta o sistema, faz cópias de si mesmo e tenta se espalhar para outros computadores, utilizando-se de diversos meios, normalmente para danificar a funcionalidade do sistema contaminado.
2. O malware _____ atua nos mais populares navegadores de Internet, alterando a página inicial, instalando barras de ferramentas e até impedindo que o usuário acesse determinados sites.

As lacunas são preenchidas, respectivamente, por:

- a) Trojan e Backdoor
- b) Worm e Spyware
- c) Vírus e Hijacker
- d) Ransomware e Rootkit
- e) Botnet e Keylogger

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Nelma Fontana

15. O poder de sufrágio, conforme texto expresso da Constituição do Estado do Ceará, é exercido pelo povo em caráter universal, por voto direto e secreto. A respeito desse assunto, indique a alternativa correta.

- a) O poder de sufrágio é exercido pelo povo apenas por meio da eleição de membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo, nos âmbitos federal, estadual e municipal.
- b) A iniciativa compartilhada é um dos mecanismos de exercício do poder de sufrágio no Estado do Ceará, embora não conste na Constituição Federal tal instituto.
- c) Plebiscito é uma consulta que se faz ao povo para confirmar decisões políticas tomadas ou leis promulgadas.
- d) Não há iniciativa popular no processo legislativo de emenda à Constituição do Ceará.
- e) A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Assembleia Legislativa, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado cearense, distribuído pelo menos por cinco municípios, com não menos de três por cento dos eleitores de cada um deles.

16. Em 2018, o Estado do Ceará elegeu 22 deputados federais e 46 deputados estaduais. Considerando o disposto na Constituição Federal, dispositivo de reprodução obrigatória na Constituição estadual, caso o número de deputados federais eleitos pelo Ceará aumentasse para 32, a quantidade de deputados estaduais aumentaria para

- a) 56
- b) 66
- c) 67
- d) 94
- e) 72

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS

Marcos Girão

17. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, a vacância de cargo público resultará de:

- a) readaptação.
- b) posse em outro cargo não cumulável.
- c) falecimento.
- d) reversão.
- e) reintegração.

REGIMENTO INTERNO ALE-CE

Luiz Cláudio/Miguel Gerônimo

18. Em conformidade como Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, é correto afirmar.

- a) Caso o Deputado não possa tomar posse no prazo de cento e vinte dias a contar do início da legislatura, a Mesa poderá conceder ao interessado a prorrogação por até trinta dias.
- b) Somente será possível a reunião da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará fora da sua sede por deliberação do Plenário, a requerimento da maioria absoluta dos Deputados.
- c) A Assembleia Legislativa do Ceará realizará sessões especiais para inauguração e encerramento dos trabalhos legislativos.
- d) A votação poderá ser ostensiva, adotando-se o processo simbólico, nominal ou secreto.
- e) A votação somente será secreta na eleição da Mesa ou por deliberação do Plenário.

19. Na condição de órgão político da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, incumbe à Mesa Diretora dirigir todos os serviços da Assembleia durante as sessões legislativas e seus interregnos, assim como tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos. Sobre a Mesa Diretora e em conformidade com o que dispõe o Regimento da Casa legislativa, é correto afirmar:

- a) A Mesa Diretora reúne-se, ordinariamente, no dia e hora que for designado no início de cada sessão legislativa, obedecendo o período quinzenal, e extraordinariamente, por convocação do Presidente, a fim de deliberar, por maioria de votos, sobre assuntos de sua competência.
- b) Os membros da Mesa não podem tomar parte em nenhuma outra comissão, exceto nas especiais e de representação, não se aplicando o impedimento aos membros suplentes.
- c) A Secretaria da Mesa Diretora é o órgão representativo da Assembleia Legislativa quando se anunciar coletivamente, regular os seus trabalhos e fiscalizar a sua ordem, na forma regimental.
- d) Nenhuma proposição que modifique os serviços da Secretaria da Assembleia Legislativa ou as condições de seu pessoal pode ser submetida à deliberação do Plenário sem parecer da Mesa, que dispõe do prazo improrrogável de trinta dias, findo o qual a matéria é encaminhada ao Plenário, com ou sem parecer, para discussão e votação.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ALE-CE

Marcos Girão

20. Conforme a Resolução nº 698/2019, que dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, está incorreta a seguinte alternativa.

- a) O acordo celebrado nos autos do procedimento administrativo deverá ser assinado pelo consumidor, ou por terceiro, a seu rogo, se não souber o consumidor escrever, pelo fornecedor e por 3 testemunhas.
- b) As competências e atribuições gerais, além das subdivisões hierárquicas internas dos órgãos que integram a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará estão descritas em dispositivos desta Resolução, cujo detalhamento deverá

ser objeto de Ato Normativo da Mesa Diretora, sem prejuízo da possibilidade de previsão em resoluções ou leis específicas.

- c) A Mesa Diretora é órgão de Administração Superior da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assim composta: Presidência; 1.ª Vice-Presidência; 2.ª Vice-Presidência; 1.ª Secretaria; 2.ª Secretaria; 3.ª Secretaria; 4.ª Secretaria.
- d) Os órgãos de promoção à cidadania têm por finalidade articular, planejar, acompanhar e executar ações de política social visando à promoção da cidadania.
- e) O consumidor ou a entidade representativa poderá apresentar sua representação pessoalmente, por e-mail, carta, ou qualquer outro meio de comunicação, inclusive eletrônica.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Heron Lemos

21. O BPM CBOK é um guia, que abrange questões, melhores práticas e lições aprendidas para auxiliar os profissionais de BPM em seu trabalho, que está organizado em nove áreas de conhecimento. Qual das áreas abaixo corresponde a uma área de conhecimento do BPM CBOK orientada a perspectiva da organização?

- a) Desenho de processos
- b) Transformação de processos
- c) Indicadores de desempenho de processos
- d) Tecnologias de BPM
- e) Organização do gerenciamento de processos

22. Ideia de melhoramento na vida pessoal, na vida doméstica e na vida do trabalho. Quando aplicada no local de trabalho, a ideia implica melhoramentos envolvendo administradores e trabalhadores igualmente. O conceito apresentado refere-se a

- a) *tyko*.
- b) seis sigma.
- c) melhoramento revolucionário.
- d) *kaizen*.
- e) ciclo DMAIC.

23. À medida que uma organização cresce, ela tende a se diferenciar e a especializar cada vez mais as unidades que compõe sua estrutura organizacional. Etimologicamente, departamentalização seria o ato de criar departamentos, logo, torna-se necessário entender o que é um departamento. De acordo com Chiavenato (2004) o departamento designa uma área, divisão ou segmento distinto de uma empresa sobre a qual um administrador tem autoridade para o desempenho de atividades específica, assim, o termo departamento ou divisão é empregado com um significado genérico e aproximativo: pode ser um departamento ou divisão, seção, unidade organizacional ou setor. O princípio que deve reger a departamentalização ou agrupamento de atividades é o da

- a) Diversidade.
- b) Homogeneidade.
- c) Cumplicidade.
- d) Heterogeneidade.
- e) Funcionalidade.

24. A organização ESTRATÉGIA CONCURSOS analisando o nível de competitividade do seu negócio no mercado utilizou uma ferramenta que tem como finalidade a análise do ambiente é

- a) diagrama de causa e de efeito.
- b) 5 forças de Porter.
- c) balanced scorecard.
- d) matriz BCG.
- e) 5S

25. O Mapa Estratégico é um diagrama que representa a hipótese estratégica da organização, abrigando, então, o pensamento estratégico sobre o qual se desenvolvem as iniciativas estratégicas que deverão conduzir a organização ao alcance da sua visão/missão. No mapa devem ficar claras as relações de causa e efeito (precedência) entre os objetivos estratégicos, distribuídos com coerência entre os diversos vetores de desempenho ou perspectivas (finanças, mercado e clientes, processos internos, infraestrutura, pessoas etc.). Ao se implantar essa ferramenta, a organização deve considerar os seguintes componentes:

- a) objetivos estratégicos, metas, indicadores e responsabilidade social.

- b) financeiro, cliente, desenvolvimento de pessoas e processos.
- c) objetivos estratégicos, indicadores, metas e planos operacionais.
- d) planos de Ação, indicadores e ferramentas da qualidade.
- e) mapa estratégico, objetivos estratégicos, indicadores, metas e planos de ação.

26. Max Weber apresentou várias razões ou motivos que explicaram o avanço da burocracia nas organizações entre suas características, objetivos, vantagens ou mesmo disfunções. Associe as colunas abaixo.

- (1) Vantagens
- (2) Disfunções
- () Uniformidade de rotinas e procedimentos
- () Internalização e apego aos regulamentos
- () Univocidade de interpretação face à regulação
- () Confiabilidade
- () Despersonalização do relacionamento
- () Categorização como base do processo decisório

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA.

- a) 1, 2, 2, 1, 2, 1
- b) 2, 2, 1, 1, 1, 2
- c) 1, 1, 2, 1, 2, 2
- d) 2, 2, 1, 2, 1, 1
- e) 1, 2, 1, 1, 2, 2

27. A gestão por resultados, na Administração pública brasileira, esteve relacionada com a seguinte mudança institucional e/ou legal:

- a) descentralização das políticas sociais
- b) criação da burocracia.
- c) criação do Departamento Administrativo do Serviço Público.
- d) criação das Organizações Sociais.
- e) expansão da Administração Indireta.

28. Quanto à convergência e à diferença entre a gestão pública e a gestão privada, julgue os itens a seguir, classificando-os como certos ou errados. A seguir escolha a opção correta.

I. Na Gestão Pública, a obtenção de receitas é derivada de tributos (impostos, taxas e contribuições), de caráter compulsório, sem a devida contrapartida em termos de prestação direta de um serviço, enquanto na Gestão Privada a receita advém da venda de produtos e serviços e é paga pelos clientes.

II. Quanto aos destinatários das ações empreendidas, pode-se afirmar que na Gestão Pública é o cliente, indivíduo que manifesta seus interesses no mercado, enquanto na Gestão Privada é o cidadão, membro da sociedade que possui direitos e deveres.

III. No que se refere aos mecanismos de controle, pode-se afirmar que, na Gestão Pública, o controle é político, por meio de eleições periódicas dos governantes, enquanto na Gestão Privada, o controle é do mercado, por meio da concorrência com outras organizações.

IV. A tomada de decisão na Gestão Pública é mais rápida, buscando sempre a racionalidade, enquanto na Gestão Privada as decisões são mais lentas, influenciadas por variáveis de ordem política.

V. A sobrevivência das organizações na Gestão Pública tem tempo de existência indeterminado: o Estado não vai à falência, enquanto na Gestão Privada a sobrevivência depende da eficiência organizacional.

Estão corretos apenas os itens

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e V.
- e) I, III e V.

29. O resultado de um Indicador de Desempenho em forma numérica é:

- a) um Objetivo.
- b) um Índice.
- c) uma Fórmula.
- d) um Padrão.
- e) uma Meta.

30. A política de governo eletrônico de uma organização pública orientada pelo modelo gerencial deve priorizar a

- a) centralização da gestão dos bancos de dados para aumentar o controle dos processos administrativos.
- b) criação de sistemas de bancos de dados intersetoriais visando a obtenção de melhores resultados das políticas transversais.
- c) implantação de centros de custos visando a racionalização e redução de gastos.
- d) modernização dos sistemas de gestão de recursos humanos orientado para um maior controle da qualificação dos servidores.
- e) expansão de plataformas interativas, visando a maior participação dos cidadãos no processo decisório.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. Sobre a organização da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) a concessão, pelo poder público, da qualificação como OSCIP de entidade privada sem fins lucrativos é ato discricionário, desde que a pessoa jurídica atenda aos requisitos legais estabelecidos para tal.
- b) autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.
- c) por ser uma espécie de Autarquia, as fundações públicas, tanto as de direito público quanto as de direito privado, são criadas por lei, devendo estar o patrimônio delas vinculado a um fim específico.
- d) por ser incumbida da atividade administrativa em geral, a administração pública direta é exercida exclusivamente pelo Poder Executivo.
- e) a descentralização pressupõe a existência de dois ou mais órgãos, entre os quais se repartem as competências.

32. No que se refere à Administração direta e indireta, assinale a afirmativa correta.

- a) Os bens das Fundações Públicas, por serem sujeitos a ônus reais, poderão ser objeto de penhora.
- b) Com objetivo de alcançar os fins constitucionalmente estabelecidos, o poder público possui a prerrogativa de distribuir competências, sem criar nova pessoa jurídica, através do processo de desconcentração.
- c) As autarquias, que são criadas por meio de autorização legal, possuem personalidade jurídica de direito público e patrimônio próprio.
- d) Uma sociedade de economia mista está sujeita ao controle hierárquico, exercido pelo ente responsável por sua criação.
- e) Ocorrerá a descentralização por outorga quando a Administração Pública transfere a execução de determinado serviço público à pessoa jurídica de direito privado, mas mantém a sua titularidade.

33. Julgue as assertivas que se seguem, acerca do poder de polícia, e, por conseguinte, assinale a que se apresenta de forma correta.

- a) O poder de polícia é exercido de forma repressiva, evitando-se a prática de infrações lesivas à coletividade.
- b) O poder de polícia é indelegável, em todas as suas fases.
- c) A aplicação de multa a um motorista que estaciona em local proibido consiste em manifestação do poder disciplinar.
- d) São quatro as fases que compõem o ciclo de polícia: ordem, fiscalização, sanção e consentimento.
- e) O poder de polícia não poderá ser invocado para condicionar o direito de propriedade.

34. Deriva do _____ o escalonamento que coordena os órgãos públicos, atribuindo uma autoridade em cada um deles com poderes e competências próprias. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) poder regulamentar;
- b) poder disciplinar;
- c) poder vinculado;
- d) poder de Polícia;

e) poder hierárquico.

35. No tocante ao ato administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Faz-se necessário observar o devido processo legal quando da anulação de ato administrativo que venha a impactar em direito individual
 - b) Assim como ao chefe do Poder Executivo, aos presidentes dos tribunais superiores cabe a edição de decreto, que é uma espécie de ato administrativo.
 - c) Poderá a administração pública revogar ato próprio discricionário, ainda que perfeitamente legal, simplesmente pelo fato de não mais o considerar conveniente ou oportuno.
 - d) Em decorrência da presunção de legitimidade, considera-se que todo ato administrativo é editado em conformidade com a lei. Trata-se de presunção relativa.
 - e) Todos os atos administrativos são considerados verdadeiros, cabendo a parte afetada o ônus de provar o contrário.
36. Tratando-se de ato administrativo, afirma-se corretamente que
- a) a revogação do ato administrativo produz efeitos extunc.
 - b) na anulação a Administração suprime um ato discricionário legítimo e eficaz.
 - c) o Poder Judiciário pode revogar ato de outro Poder, desde que o faça por razões de interesse público.
 - d) à Administração cabe a obrigação de anular os próprios atos viciados, bem como a discricionariedade quanto à revogação daqueles inconvenientes e inoportunos.
 - e) a Administração Pública, quando verifica a ilegalidade de um ato, deverá revogá-lo a tempo que ele não produza danos a terceiros.

37. Assinale a afirmativa correta, acerca dos atos de improbidade administrativa.

a) Aquele que celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie cometerá ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

b) Servidor público que aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente de suas atribuições, durante a atividade, cometerá ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração pública.

c) A Lei nº 8.429/92 somente se aplica aos servidores públicos que pratiquem ato lesivo ao erário da Administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal.

d) Quem descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração pública com entidades privadas cometerá ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública.

e) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam na data da confirmação da sentença condenatória pelo Tribunal de Justiça.

38. Em relação aos poderes conferidos à Administração Pública, pode-se afirmar corretamente que

a) o poder normativo poderá ser exercido pelos entes que integram a Administração indireta, uma vez que a competência privativa atribuída ao Chefe do Executivo pela Constituição Federal é delegável.

b) o poder normativo tem iniciativa restrita à Administração direta, porque indelegável, seja no seu espectro originário, seja na sua função regulamentar.

c) no exercício do poder regulamentar, a administração pública poderá contrariar a lei, desde que o faça visando o fim público.

d) uma vez fundamentada em atos concretos, a atividade do poder de polícia não poderá se efetivar por meio de atos normativos de conteúdo genérico.

e) através do poder hierárquico a administração pública aplicará penalidades aos seus subordinados.

39. Em se tratando de licitações públicas para a promoção de atividades de natureza artística, técnica ou científica, será utilizada a modalidade licitatória

a) convite.

b) concorrência.

c) tomada de preços.

d) pregão.

e) concurso.

40. Desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, a contratação de uma associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de determinado serviço à Assembleia Legislativa do Ceará, poderá ser feita por

a) inexigibilidade de licitação.

b) dispensa de licitação.

c) licitação na modalidade convite.

d) licitação na modalidade tomada de preços.

e) licitação na modalidade concurso.

41. Tratando-se de aquisição de software desenvolvido por empresa que é também fornecedora e distribuidora exclusiva do produto, a licitação será

a) na modalidade tomada de preços.

b) na modalidade pregão.

c) dispensável.

d) dispensada.

e) inexigível.

42. No pregão, a adjudicação será feita pelo (a) _____; ao passo que a homologação é de responsabilidade do (a) _____. Assinale a alternativa que preenche corretamente as respectivas lacunas.

- a) autoridade competente / pregoeiro
- b) pregoeiro / comissão de licitação
- c) comissão de licitação / autoridade competente.
- d) comissão de licitação / pregoeiro.
- e) pregoeiro / autoridade competente

43. Acerca da organização da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- a) As agências reguladoras devem exercer funções atinentes a um determinado setor indicado por ocasião de sua instituição.
- b) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública direta.
- c) As agências executivas, assim como as agências reguladoras, podem qualificar qualquer órgão da Administração pública, buscando, com fundamento no princípio da especialidade, editar normas primárias para disciplinar determinado setor de mercado.
- d) As fundações não possuem personalidade jurídica e integram a administração pública direta.
- e) As agências executivas são dotadas de discricionariedade técnica e poder normativo referente a um determinado setor de mercado constante de contrato de gestão firmado com a Administração pública.

44. No que diz respeito à Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- a) a legitimidade para representar à autoridade judicial competente com o objetivo de que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade é de qualquer pessoa.
- b) o agente deverá providenciar o integral ressarcimento do dano, quando da ocorrência de lesão ao patrimônio público, por ação ou omissão, dolosa ou culposa.
- c) atenta contra os princípios da Administração pública utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de autarquia ou empresa pública.
- d) para a aplicação das sanções previstas nesta Lei, é imprescindível que haja efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- e) é hipótese de enriquecimento ilícito a celebração de contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

45. A respeito da Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação), pode-se afirmar corretamente que o prazo máximo de restrição de acesso de informação classificada como secreta é de

- a) 25 (vinte e cinco) anos.
- b) 5 (cinco) anos.
- c) 15 (quinze) anos.
- d) 10 (dez) anos.
- e) 20 (vinte) anos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

46. A respeito do poder derivado reformador, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços em cada turno em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.
- e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

47. A Constituição Federal de 1988, quanto à estabilidade, é classificada pela doutrina como

- a) analítica, porque contém temas variados e um conjunto significativo de normas programáticas.
- b) escrita, uma vez que está organizada em um documento solene.
- c) promulgada, pelo fato de ter sido elaborada por um órgão constituinte composto de representantes do povo.
- d) rígida, porque o processo legislativo destinado a fazer a atualização de seus dispositivos é mais rigoroso do que o utilizado para alterar leis infraconstitucionais.
- e) formal, porque despreza o assunto e prima pela forma de sua elaboração.

48. A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

- a) Plebiscito, referendo e iniciativa popular são exemplos de formas de exercício direto da soberania popular no Brasil.
- b) Por se tratar de limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição, emenda à Constituição não é capaz de autorizar o desligamento do território nacional de qualquer dos entes federativos.
- c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.
- e) O recebimento de asilo político não é um direito fundamental do estrangeiro, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

49. Acerca da associação profissional ou sindical prevista na Constituição Federal e no entendimento sumulado do STF, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- b) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- c) A contribuição confederativa para custeio do sistema confederativo e de representação sindical de categoria profissional só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- d) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

50. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos que prevê taxativamente em seu texto. Dentre tais diferenças estão cargos privativos de brasileiros natos. A respeito do tema, indique a alternativa em os dois cargos devem ser privativos de brasileiros natos.

- a) Presidente do Senado Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Deputados Federais e Vice-Presidente da República.
- c) Governador de Estado e Presidente da República.
- d) General do Exército e Ministro de Estado da Defesa.
- e) Carreira diplomática e Ministro da Justiça e Segurança Pública.

51. Mário é prefeito de São Paulo, no exercício de seu primeiro mandato. Maria é esposa de Mário e não possui mandato eletivo. Márcio, neto de Mário, é vereador de São Paulo, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. A respeito da história narrada, indique a alternativa correta.

- a) Mário, nas eleições de 2020, só poderá concorrer a prefeito de São Paulo se renunciar ao seu mandato com pelo menos seis meses de antecedência das eleições.
- b) Márcio é inelegível prefeito de São Paulo/SP, em razão do parentesco com Mário, mas poderá concorrer a prefeito de Campos do Jordão/SP, caso preencha os demais requisitos legais, como por exemplo, o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretende se candidatar.
- c) Maria é inelegível a qualquer cargo dentro do estado de São Paulo.
- d) Maria poderá concorrer ao cargo de vereadora de São Paulo, mas não poderá concorrer ao cargo de prefeita da mesma localidade, uma vez que seu esposo é o prefeito, salvo se este renunciar ao seu mandato com mais de seis meses de antecedência das eleições.
- e) Márcio é elegível prefeito de São Paulo, uma vez que o grau de parentesco com Mário não está alcançado pela inelegibilidade estabelecida pela Constituição Federal.

52. Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue alternativa correta.

- a) Brasília é a capital do Distrito Federal.
- b) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação ou transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão regulamentadas por decreto do Presidente da República.
- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) É vedado à União estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a subvenção à religião predominantemente professada no país, segundo dados do último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
- e) É permitido à União criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

53. A respeito da competência para legislar sobre registros públicos, é correto afirmar:

- a) Os Estados poderão legislar sobre questões específicas acerca de registros públicos se houver autorização da União por meio de lei complementar.
- b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre registros públicos.
- c) Cabe à União estabelecer sobre o assunto as normas gerais. Aos Estados e ao Distrito compete exercer a competência suplementar.
- d) Conforme orientação constitucional, registro público é tema da competência exclusiva e indelegável da União.
- e) A superveniência de lei federal sobre normas gerais em matéria de registros públicos suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

54. A respeito dos Municípios, indique a única alternativa incorreta.

- a) O Município é autônomo e se organiza por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) O Município de Santo André tem 572 mil eleitores e elegerá, em 2020, Prefeito e Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo. Conforme definição constitucional, na eleição do Prefeito, se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, haverá segundo turno de votação.
- c) Nenhum Município brasileiro poderá eleger menos do que nove e nem mais do que cinquenta e cinco vereadores.
- d) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- e) Diferente do que ocorre nos Estados e no distrito Federal, a Constituição Federal veda a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

55. Acerca da Organização dos Poderes, indique a única assertiva correta:

- a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, será exercida pelo Tribunal de Contas da União, mediante controle externo.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- c) O Tribunal de Contas da União (TCU) não tem competência para fiscalizar o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que cabe a este tribunal o julgamento de mandado de segurança contra ato do TCU.
- d) O Advogado Geral da União poderá, mediante delegação do Presidente da República, fazer a comutação de penas, observado o regramento constitucional e legal.
- e) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nas

infrações penais comuns, ou perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.

56. Conforme disposto na Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional, sem a sanção do Presidente da República,

- a) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- b) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- c) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- d) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) conceder anistia.

57. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio do Senado Federal, a direção superior da administração federal
- e) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

58. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

59. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponte a única informação INCORRETA.

- a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Vice-presidente do STF e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça ocupam no CNJ, respectivamente, os seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente e Corregedor.
- b) O Conselho Nacional de Justiça é composto de 15 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, com mandato de dois anos, admitindo-se uma recondução.
- c) Qualquer pessoa interessada poderá apresentar reclamação e denúncia, diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra os seus serviços auxiliares.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, na qualidade de órgão correcional, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Embora seja órgão do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça não possui jurisdição, de maneira que a legalidade e a constitucionalidade de suas decisões

poderão ser revistas pelo Supremo Tribunal Federal, quando provocado.

60. Sobre as garantias e vedações aos juízes, marque a alternativa incorreta.

- a) Aos juízes é permitido exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, exceto em ações contra o Estado da circunscrição do tribunal.
- b) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) Os juízes possuem a garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- e) Os juízes possuem a garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

61. Assinale a alternativa que apresenta conformidade com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- a) Ofende a ideia de responsabilidade na gestão fiscal o fato de até hoje a União não ter instituído o imposto sobre grandes fortunas.
- b) Uma empresa controlada da União é uma empresa que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- c) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no exercício corrente, excluídas as duplicidades.
- d) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, porém o resultado negativo não constitui obrigação do Tesouro para com o BACEN, sendo, portanto, consignado em dotação específica no orçamento.
- e) Caso o município de Fortaleza possua como despesa pública com pessoal o montante de 52% da Receita Corrente Líquida (RCL), apesar de pouco, a despesa ultrapassa o limite previsto na LRF.

62. A respeito das normas concernentes ao orçamento público e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, além de considerarem os efeitos da variação no índice de preços e das alterações na legislação.
- b) A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo somente será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, não comportando exceções.
- c) Se o Governo criar uma ação governamental e, por razões de celeridade de sua instituição, não vir acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, a geração da despesa poderá ser considerada lesiva ao patrimônio público.
- d) Em caso de reajuste na remuneração de servidores públicos federais, não é necessário que esteja

acompanhado da comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais.

e) Suponha que o Estado do Ceará tenha adquirido 60% da empresa Luciana S/A e que a empresa possua 70% do patrimônio da empresa Marinho S/A. Nesse caso, para fins de LRF, a empresa Marinho S/A é uma empresa controlada indiretamente pelo Estado do Ceará.

63. O Documento quadrimestral que contém comparativo com os limites da LRF dos montantes de despesa total com pessoal e que possui indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites é o

- a) Relatório Resumido de Execução Orçamentárias
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias
- c) Anexo de Riscos Fiscais
- d) Relatório de Gestão Fiscal
- e) Anexo de Metas Fiscais

64. O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, constituirá

- a) a Liquidação
- b) o Empenho
- c) a Nota de empenho
- d) a Ordem de pagamento
- e) Fixação das despesas

65. Classificam-se, respectivamente, como despesas correntes e despesas de capital

- a) Serviços de Terceiros e Salário-Família
- b) Obras Públicas e Material de Consumo
- c) Material de Consumo e Concessão de Empréstimos.
- d) Pessoal Civil e Pensionistas
- e) Aquisição de Imóveis e Equipamentos e instalações

66. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre, **EXCETO**

- a) equilíbrio entre receitas e despesas
- b) alterações na legislação tributária
- c) critérios e forma de limitação de empenho
- d) normas relativas ao controle de custos
- e) normas de gestão financeira e patrimonial

67. No que diz respeito ao PPA, à LDO e à LOA, julgue os itens a seguir.

I. A lei que instituir o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

II. Anexo de Agregados Fiscais integrará a LDO, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes.

III. O Projeto de LOA será acompanhado, entre outros, da avaliação do cumprimento de metas relativas ao ano anterior.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

68. Com relação aos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- a) O princípio da universalidade dispõe que é obrigatório registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- b) O princípio da exclusividade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. São ressalvas dessa proibição: a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

c) O princípio da unidade delimita o exercício financeiro-orçamentário, o qual coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

d) O princípio do orçamento bruto determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

e) O princípio da não vinculação veda vinculação da receita de tributos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

69. Segundo disposição Constitucional, não é exceção ao princípio da Não afetação da Receita:

- a) destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde
- b) manutenção e desenvolvimento do ensino
- c) realização de atividades da administração tributária
- d) prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita
- e) execução de despesas obrigatórias de pessoal

70. Em relação ao ciclo orçamentário, assinale a alternativa correta.

- a) No Brasil, o ciclo orçamentário se divide em duas etapas: elaboração da proposta e execução orçamentária e financeira.
- b) O ciclo orçamentário tem como ponto de partida a elaboração do planejamento plurianual por parte do Poder Executivo e, como final, o controle/avaliação da execução orçamentária.
- c) Embora as fases do ciclo orçamentário possuam períodos específicos, é possível a aglutinação de algumas etapas em razão de suas finalidades.
- d) O encerramento do ciclo orçamentário é marcado pela autorização de gasto dado pelo poder Legislativo por meio da Lei orçamentária anual (LOA).
- e) O objetivo principal do processo orçamentário é dar publicidade ao processo de elaboração do orçamento público.

Prova Discursiva

Carlos Roberto

Senado aprova texto principal do projeto da Lei das *Fake News*

Pelo placar de 44 votos a 32, senadores aprovaram o texto principal, que ainda pode ser alterado por emendas; proposta ainda vai para a Câmara.

Em uma votação acirrada, o [Senado Federal](#) aprovou nesta terça-feira um projeto de lei para limitar a produção e disseminação de [fake news](#). A proposta teve 44 votos favoráveis e 32 contra e segue agora para a Câmara dos Deputados.

Entre outros pontos, o texto exige a rastreabilidade de mensagens enviadas por aplicativos a mais de mil usuários, identificação de conteúdos impulsionados e sanções às plataformas que descumprirem a lei. A proposta foi chamada de Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Desde que foi apresentado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-ES), o projeto sofreu diversas alterações. Ao todo, foram apresentadas 152 emendas.

Um dos pontos que causou mais controvérsia na versão final do texto é o que prevê que aplicativos como WhatsApp e Telegram guardem as informações de mensagens enviadas por mais de 5 pessoas em um período de 15 dias, alcançando um mínimo de mil pessoas, a “rastreabilidade”.

As plataformas criticam essas exigências e argumentam que ela impactaria a privacidade dos usuários.

“A criptografia permanecerá intocada. Também não estaremos criando nenhum ambiente de vigilância, pois o acesso a essa cadeia de encaminhamentos só será permitido por ordem judicial para a finalidade de investigação criminal e conforme os critérios já estabelecidos no Marco Civil da Internet”, argumentou o relator Ângelo Coronel (PSD-BA).

No texto final, Coronel manteve os artigos que preveem que as operadoras de telefonia validem o CPF dos usuários de chip pré-pago e que obriguem os aplicativos de mensagem a suspender as contas cujos números forem desabilitados. Segundo o senador, a intenção é evitar a criação de perfis falsos.

“Nesse ponto não há captura em massa de informações dos usuários, como tem sido dito por alguns. O que se busca não é diferente do que se exige hoje para aplicativos de compras *on-line*, por exemplo”, afirmou.

A proposta exige ainda que os provedores de redes sociais identifiquem todos os conteúdos impulsionados e publicitários, inclusive os eleitorais. Especialistas consideram a medida positiva e afirmam que ela facilitará a identificação de pessoas que produzem conteúdo falso.

No relatório aprovado, também há regras sobre publicidade da Administração Pública nas redes sociais, exclusão de conteúdo e autorregulação.

Disponível em: <https://exame.com/brasil/senado-aprova-texto-principal-do-projeto-da-lei-das-fake-news/>. Acesso em: 18 de setembro de 2020 [adaptado].

Considerando o texto acima como meramente motivador, redija uma dissertação sobre:

FAKE NEWS: RISCOS, LIMITES E DESAFIOS

No seu texto, aborde, necessariamente:

- as *fake news* e a ameaça à democracia; [valor: 22,00 pontos]
- as *fake news* e o direito à liberdade de expressão; [valor: 22,00 pontos]
- as *fake news* e a alfabetização midiática. [valor: 22,50 pontos]

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-ALE-CE-17-10>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>



Estratégia

Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>